



**“Maçonaria no Brasil (século XIX): *história e sociabilidade*”**

Alexandre Mansur Barata

**UCLA**



Alexandre Mansur Barata. Brazilian. Professor de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP) e do CEO/PRONEX/CNPQ-Faperj “Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no século XIX”. Pós-doutorado (2012/2013) na Universidad Pablo de Olavide (Spain) com apoio financeiro da CAPES (Ministério da Educação-Brasil). Livros publicados: *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, publicado pela Editora Annablume (São Paulo-Brasil); *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*, publicado pela Editora da Unicamp (Campinas-Brasil). Email: [alexandre.barata@ufjf.edu.br](mailto:alexandre.barata@ufjf.edu.br)

Recebido em: 6 de abril de 2013 - Aceito: 20 de junho de 2013

#### **Palavras-chaves**

Brasil, Sociabilidade, Maçonaria, Século XIX

#### **Keywords**

Brazil, Sociability, Freemasonry, Nineteenth century

#### **Resumo**

Esse artigo tem por objetivo apresentar algumas questões importantes que marcaram a atividade maçônica no Brasil ao longo do século XIX e estará dividido em três grandes partes: discute a inserção da sociabilidade maçônica no Brasil no final do século XVIII e início do século XIX, quando o Brasil ainda fazia parte do Império Português; analisa a participação dos maçons nos episódios que culminaram com a declaração de Independência em setembro de 1822; e, por último, analisa a atuação da maçonaria brasileira na segunda metade do século XIX, durante o reinado de D. Pedro II, período no qual o Brasil vivenciou algumas transformações sociais, sendo a mais importante delas o fim do trabalho escravo em 1888.

#### **Abstract**

This paper intends to present some important questions that characterize Masonic activity in Brazil during the nineteenth century by approaching it in three stages: discuss the introduction of the Masons in Brazil at the end of the eighteenth century and at the beginning of the nineteenth century, when the country was still part of the Portuguese Empire; analyze the Masons' activities in events that culminated with the Declaration of Independence in September 1822; and, finally, analyze the achievements of Brazilian Freemasonry in the second half of the nineteenth century and assess how the Freemasons flourished into one of the fastest-growing movements of that period.

© Alexandre Mansur Barata e REHMLAC.

Conselho Científico: Miguel Guzmán-Stein (Universidad de Costa Rica, Costa Rica), José Antonio Ferrer Benimeli (Universidad de Zaragoza, España), Margaret Jacob (University of California Los Angeles, United States), Eduardo Torres Cuevas (Universidad de La Habana, Cuba), María Eugenia Vázquez Semadeni (University of California Los Angeles, United States), Éric Saunier (Université du Havre, France), Andreas Önerfors (Lunds universitet, Sverige), Samuel Sánchez Gálvez (Universidad Carlos Rafael Rodríguez de Cienfuegos, Cuba), Roberto Valdés Valle (Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”, El Salvador), Céline Sala (Université de Perpignan, France), Dominique Soucy (Université de Franche-Comté, France), Guillermo de los Reyes Heredia (University of Houston, United States), Felipe Santiago del Solar Guajardo (Universidad ARCIS, Santiago de Chile), Carlos Francisco Martínez Moreno (Universidad Nacional Autónoma de México, México), Michel Goulart da Silva (Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil)

Editor Convidado: María Eugenia Vázquez Semadeni (University of California Los Angeles, United States)

Editor: Yván Pozuelo Andrés (IES Universidad Laboral de Gijón, España)

Director: Ricardo Martínez Esquivel (Universidad de Costa Rica, Costa Rica)

Endereço da Web: [rehmlac.com/](http://rehmlac.com/)  
E-mail: [info@rehmlac.com](mailto:info@rehmlac.com)  
Caixa postal: 243-2300 San José, Costa Rica

Citado:

Academia.edu

Aladin. WRLC. Libraries Catalog

AFEHC. Asociación para el Fomento de los Estudios Históricos en Centroamérica

Biblioteca de Georgetown

CRICCAL, Université Sorbonne Nouvelle Paris 3

CERGE EI. Portál elektronických časopisů. Univerzita Karlova v Praze

Departamento de Filosofía de la Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”

Dialnet, Universidad de la Rioja

Directorio y recolector de recursos digitales del Ministerio de Cultura de España

DOAJ. Directory of Open Access Journals

Freemasonry and Civil Society Program at UCLA

Fudan University Library Academic Resource Portal

Google académico

Institute for the Study of the Americas at University of London

Latindex (UNAM)

Latindex.ucr. Repositorio de revistas de la Universidad de Costa Rica

Library Catalogue of University of South Australia

Museo Virtual de la Historia de la Masonería de La UNED

*Nuevo Mundo. Mundos Nuevos*

REDIAL. Red Europea de Información y Documentación sobre América Latina

SID. Sistema Integrado de Documentación. Universidad Nacional de Cuyo

Toronto Public Library

UBO. Revues en ligne. Service Commun de Documentation, Université de Bretagne Occidentale

Universia. Biblioteca de Recursos

University of Wisconsin-Madison Libraries

Western Theological Seminary. Beardslee Library Journals



Tipo de licença  
“Reconhecimento- Não comercial- Compartilhar igual”

## “Maçonaria no Brasil (século XIX): *história e sociabilidade*”

Alexandre Mansur Barata

### Introdução

Esse artigo tem por objetivo apresentar algumas questões importantes que marcam e que marcaram a história da maçonaria no Brasil. Para dar conta desse objetivo geral, minha apresentação analisará, sobretudo, a atividade maçônica no Brasil ao longo do século XIX e estará dividida em três grandes partes. Na primeira parte, discutirei a inserção da sociabilidade maçônica no Brasil no final do século XVIII e início do século XIX, quando o Brasil ainda fazia parte do Império Português. Na segunda parte, analisarei a participação dos maçons nos episódios que culminaram com a declaração de Independência em setembro de 1822 e posterior aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil. E, por último, analisarei a atuação da maçonaria brasileira na segunda metade do século XIX, durante o reinado de D. Pedro II, período no qual o Brasil vivenciou algumas transformações sociais, sendo a mais importante delas o fim do trabalho escravo em 1888.

### A inserção da sociabilidade maçônica na América Portuguesa

Apesar das controvérsias historiográficas, há evidências da presença de maçons no Brasil desde o final do século XVIII. Não obstante a perseguição das autoridades civis e eclesiásticas portuguesas, o pertencimento maçônico atingiu nesse período determinados setores da sociedade colonial articulado à emergência também de outras formas associativas.

Para parte da historiografia, os filhos das elites agrárias e dos grandes negociantes que foram estudar nas universidades europeias, particularmente em Coimbra (Portugal) e Montpellier (França), no final do século XVIII, teriam sido os principais responsáveis pela fundação das primeiras lojas maçônicas no Brasil. Durante suas estadias na Europa, muitos deles foram iniciados na maçonaria e ao regressarem ao Brasil acabaram por iniciar novos membros, a fundarem algumas lojas especialmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Entretanto, além dos estudantes, é preciso também reconhecer a importância e a participação de outros setores sociais nessa fase inicial da maçonaria no Brasil. Refiro-me, por exemplo, ao papel exercido pelos negociantes, militares, religiosos e empregados públicos. Ao ampliarmos a abrangência e a capacidade do recrutamento maçônico pode-se compreender por que uma das primeiras lojas regulares fundadas na cidade do Rio de Janeiro era formada por negociantes, muitos deles com fortes conexões com os negócios do tráfico de escravos africanos, particularmente aqueles realizados nas costas de Moçambique.<sup>1</sup> Essa loja

---

<sup>1</sup> José Capela, *O escravismo colonial em Moçambique* (Lisboa: Afrotamento, 1997), 197.

maçônica chamava-se *Reunião* e foi fundada no Rio de Janeiro em 1801<sup>2</sup>. Consta que esta loja acabou por se filiar, dois anos depois, a uma Obediência maçônica francesa.

Os vínculos da loja *Reunião* com uma Obediência francesa despertaram nos maçons portugueses, ligados ao *Grande Oriente Lusitano*, fundado em 1802, algumas desconfianças, que culminaram com o envio de representantes ao Rio de Janeiro com o objetivo de subordinar a referida loja maçônica. Tentativa fracassada, mas que acabou por resultar na instalação de duas outras lojas. Chamavam-se *Constância* e *Filantropia*<sup>3</sup>.

Após 1808, com a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil e, conseqüente, estabelecimento da administração do Império Português no Rio de Janeiro, tem-se notícia do funcionamento, com certa tolerância de altos funcionários públicos, muitos deles iniciados em lojas maçônicas de Lisboa, das lojas *Emancipação*, *São João de Bragança*, *Beneficência*, *Comércio e Artes*<sup>4</sup>. Além de lojas vinculadas às obediências maçônicas francesa e portuguesa, existiu também no Brasil lojas maçônicas sob forte influência da maçonaria inglesa. Segundo Evaldo Cabral de Mello, foi o que aconteceu em Pernambuco, a partir de 1813, através da atuação do negociante Domingos José Martins, uma das principais lideranças da insurreição de caráter republicano que eclodiu em Recife no ano de 1817<sup>5</sup>.

Embora seja muito difícil mensurar exatamente o número de pessoas que foram iniciadas no Brasil e, de certo modo, em todo Império Português nesse período, pode-se constatar relativo crescimento da atividade maçônica, de forma indireta, a partir da análise da documentação produzida pelas instituições portuguesas responsáveis por sua repressão. Refiro-me ao Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) e à Intendência Geral de Polícia (Lisboa e Rio de Janeiro). Apesar das diferenças existentes entre essas duas instituições, Inquisição e Polícia agiram de forma articulada na virada do século XVIII para o século XIX, o que possibilitou uma ação repressiva mais sistemática. Entre 1790 e 1821, consegui identificar, além de centenas de denúncias, um conjunto de 38 processos referentes ao crime de maçonaria nos arquivos da Inquisição de Lisboa, assim distribuídos: 1791 (11 processos); 1792 (08 processos); 1793 (01 processo); 1794 (01 processo); 1796 (02 processos); 1799 (08 processos); 1800 (01 processo); 1802 (01 processo) 1803 (04 processos); 1807 (01 processo). Dos 38 processados, onze eram militares, sete eram membros do clero, cinco eram negociantes, dois eram funcionários públicos e doze possuíam outras profissões. Quanto à naturalidade, 26 eram originários do Reino de Portugal; 04 eram naturais do Brasil e 08 eram estrangeiros<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> Ver Manifesto do Gr. Or. do Brasil a todos os GGr.: OOr.: GG.: LL.: LL.: RR.: e MM.: de todo o mundo (Rio de Janeiro: Typ. Austral, 1837).

<sup>3</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal* (Lisboa: Presença, 1990), v.1, p. 85-86. William Almeida de Carvalho, "Pequena História da Maçonaria no Brasil", in: *REHMLAC* 2, no. 1 (mayo-noviembre 2010 [Citado em 7 de maio de 2011]): disponível em <http://rehmlac.com/recursos/vols/v2/n1/rehmlac.vol2.n1-walmeida.pdf>

<sup>4</sup> Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal*, 106. Carlos Rizzini, "Dos clubes secretos às lojas maçônicas", em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 190 (1946): 29-44.

<sup>5</sup> Evaldo Cabral de Mello, "Dezessete, a maçonaria dividida", em: *Tópoi* 4 (2002): 9-37.

<sup>6</sup> Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)* (São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-Ed.UFJF, 2006), cap. 3.

Outra forma de inferir esse crescimento pode ser conseguida através da análise das atas e sindicâncias de três lojas maçônicas da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1822. A capacidade da maçonaria atrair novos membros impressiona. Em apenas três meses, aproximadamente, as lojas maçônicas do Rio de Janeiro filiaram ou iniciaram 152 novos membros. Grande parte deles recrutados entre empregados públicos, militares, negociantes, religiosos, profissionais liberais<sup>7</sup>. Como ressalta Marco Morel, no espectro das chamadas sociabilidades modernas que se desenvolveram no Brasil, a maçonaria foi a mais dinâmica e numerosa. Na primeira metade do século XIX, 42% do total de associações em funcionamento no Rio de Janeiro eram de tipo maçônico<sup>8</sup>.

Esse maior dinamismo da atividade maçônica no Brasil no período anterior a Independência nos coloca diante de uma questão importante. Por que a sociabilidade maçônica mobilizou tantas pessoas na virada do século XVIII para o século XIX?

Não é tarefa fácil responder essa questão. Todavia, em primeiro lugar, é preciso ultrapassar dada interpretação historiográfica que privilegia uma leitura conspirativa do fenômeno maçônico ou como prefere a professora Margaret Jacob, uma leitura “jacobina” do fenômeno maçônico, a qual acaba por dificultar uma compreensão mais ampla do pertencimento à maçonaria<sup>9</sup>.

Nesse sentido, chamo a atenção para o fato de que é preciso pensar que muitas vezes o pertencimento maçônico estava associado a adoção por determinadas parcelas da população de comportamentos críticos aos valores típicos de uma sociedade do Antigo Regime. Comportamentos críticos que evidenciavam as tensões e o desconforto que se adensava socialmente, embora não necessariamente transformados em projetos políticos contra o Estado ou a Igreja Católica. Procurar ser iniciado na maçonaria, ler livros considerados proibidos, não guardar determinados sacramentos católicos são expressões dessa mudança cultural que atingia setores da sociedade luso-brasileira na virada do século XVIII para o século XIX.

A documentação consultada revela que, a princípio, um fator motivador para se tornarem maçons é a mera curiosidade de fazer parte de uma sociedade considerada como secreta. O caráter secreto alimentava a fantasia de muitos sobre os objetivos da instituição. Mas se a curiosidade era o impulso inicial, ela por si só era insuficiente.

Outra motivação muito citada era que o pertencimento à maçonaria facultava ao iniciado uma ampla rede de auxílios mútuos. No caso dos homens de negócio, por exemplo, era comum naquele período justificar a filiação maçônica com base nos benefícios, nos ganhos que se poderiam alcançar pertencendo a uma rede sólida de contatos e de solidariedade transnacional.

---

<sup>7</sup> Ver IHGB. Livro de atas da Loja Maçônica Esperança de Niterói. (ARQ. 1.5.33); IHGB. Livro de Cópias dos Ofícios dirigidos da G.: L.:a esta R.: L.: Esperança de Niteroy, 3 de junho (ARQ. 1.5.32); AHMI. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Atas (minutas) de sessões maçônicas, 1822. (II-POB-1822-Maç.at 1-10); Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil*, cap. 2 and 4.

<sup>8</sup> Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840* (São Paulo: Hucitec, 2005).

<sup>9</sup> Margaret Jacob, *Living the Enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth-Century Europe* (New York: Oxford University Press, 1991), 3-22.

Para outros, a maçonaria era percebida como um espaço de convívio, como uma escola de virtudes, de aprendizado do viver em coletividade, de espaço de circulação e debate de idéias. Hipólito José da Costa (1774-1823), por exemplo, brasileiro e editor do periódico *Correio Braziliense*, justificava sua iniciação maçônica na Filadélfia, quando entre 1798 e 1800 esteve nos Estados Unidos, com os seguintes argumentos:

A utilidade da sociedade dos Framaçons, ou se pode considerar relativamente à nação, ou relativamente aos indivíduos, membros da sociedade. Se considerarmos pela utilidade que dela pode resultar à nação; (...) fica provado que todas as sociedades particulares, (...) são úteis; porque aumentam a sociabilidade entre os homens, pulem os costumes, e fomentam as virtudes patrióticas, e ainda algumas morais; (...)<sup>10</sup>.

Nenhuma dessas motivações aparecia de forma isolada. A maçonaria era vista, ao mesmo tempo, como canal de mobilidade social, rede de proteção e solidariedade, espaço de aprimoramento moral e aperfeiçoamento intelectual de seus membros. Em certo sentido, essa capacidade de atração estava relacionada a sua identificação como espaço de construção de uma cultura política marcada pela prática do debate, da representação, da elaboração de leis, da substituição do nascimento pelo mérito como fundamento da ordem social e política.

### **Maçonaria e a Independência do Brasil**

Se a atividade maçônica no Brasil em sua fase inicial não pode ser reduzida, como já mencionado, em espaço preparatório de revoluções, é inegável que no início da década de 1820, em meio aos triunfos dos movimentos constitucionalistas que colocaram um fim ao absolutismo da monarquia portuguesa, algumas lideranças maçônicas assumiram certo protagonismo político naqueles acontecimentos. De fato, o que se verificou no início da década de 1820 foi um processo de mão dupla: tanto as questões externas, sobretudo de ordem política, passariam a mobilizar os debates que se travavam nas reuniões maçônicas, a princípio protegidas pelo seu caráter fechado e secreto; quanto o transbordamento para o mundo exterior dos debates e projetos que mobilizavam os maçons.

Marco desse novo momento do maçonismo foi a fundação, em junho de 1822, no Rio de Janeiro de uma obediência maçônica independente, o *Grande Oriente do Brasil*. A intenção era transformar o *Grande Oriente do Brasil* em um centro do poder maçônico independente do *Grande Oriente Lusitano*, procurando ao mesmo tempo dinamizar e subordinar as atividades maçônicas existentes nas diversas províncias do Brasil.

Entretanto, os maçons no Brasil nesse período não formavam um conjunto homogêneo, uniforme. Ao contrário, o espaço maçônico era cruzado por diferentes disputas, projetos e idéias. Daí a sua riqueza, mas também a sua principal fragilidade, pois as dificuldades de formação de um consenso normalmente geravam cisões, divisões que irão marcar a história da maçonaria no decorrer dos séculos XIX e XX. A maçonaria era assim

---

<sup>10</sup> Ver *Correio Braziliense ou Armazém Literário* (Londres) 16 (1809): 270.

um espaço privilegiado de discussão e de articulação política, mas também um espaço do confronto entre os diferentes projetos políticos que mobilizavam aqueles homens.

As sessões iniciais de funcionamento do *Grande Oriente do Brasil* foram tumultuadas e revelam as dificuldades de formação de consensos no interior da sociabilidade maçônica. Discutia-se, sobretudo, até que ponto os maçons deveriam apoiar aqueles que eram favoráveis à ruptura com Portugal. Não havia consenso sobre essa questão. José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, uma das principais lideranças maçônicas do período, defendia em julho de 1822, dois meses antes da declaração oficial da Independência do Brasil, seu apego à idéia de unidade e de construção de um Império Luso-Brasileiro. Em discurso dirigido aos maçons afirmou: “(...) eu vos agradeço cordialmente a escolha que de mim fizestes, e procurarei, quanto em mim cabe, proteger os direitos e privilégios da Ordem; e pelo menos lavrar sequer alguma pedra bruta que sirva também para com ela edificardes o majestoso Palácio do vasto Império Luso-Brasileiro<sup>11</sup>.”

Porém, gradativamente, ganharam espaço no interior do *Grande Oriente do Brasil* aqueles que defendiam um projeto político que não abria mão de pensar a independência em relação a Portugal, a partir da construção de um novo “pacto político” baseado na união das províncias, tendo o Rio de Janeiro como centro político-administrativo, e na opção pela monarquia constitucional, sem romper com a legitimidade dinástica. Neste sentido, o *Grande Oriente Brasil* definiu como condição para o ser maçom, além das qualidades morais tradicionalmente exigidas, o ser defensor da “causa do Brasil e da sua Independência”, o que deveria ser entendido, em função do juramento que se prestava ao ser iniciado, como a “defesa do Brasil e da sua Independência sob os auspícios de seu Augusto Defensor”, D. Pedro I<sup>12</sup>.

No início de setembro de 1822, em sessão do *Grande Oriente do Brasil*, esse projeto político foi explicitado por Joaquim Gonçalves Ledo:

(...) as atuais políticas circunstâncias de nossa pátria, o rico, fértil e poderoso Brasil, demandavam e exigiam imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da nossa Independência e da Realeza Constitucional na pessoa do Aug.: Príncipe Perpétuo Defensor Constitucional do Reino do Brasil<sup>13</sup>.

Por sua vez, a aclamação do príncipe-regente D. Pedro, filho do rei português D. João VI, como “rei constitucional” deveria estar condicionada ao juramento prévio da Constituição que seria elaborada por uma assembléia constituinte. A tentativa dos maçons do *Grande Oriente do Brasil* de impor esse juramento prévio ao futuro monarca D. Pedro I acabou por

---

<sup>11</sup> APUD. João de Scantimburgo, *O Brasil e a Revolução Francesa* (São Paulo: Pioneira, 1989), p. 191-193.

<sup>12</sup> Ver AHMI. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Atas (minutas) de sessões maçônicas, 1822. (com anexos). II – POB – 1822 – Mac.at 1-10.

<sup>13</sup> Ver *Boletim do Grande Oriente do Brasil* (Rio de Janeiro, 1923): 791-793.



desencadear violenta repressão contra os maçons. Vários deles foram presos e acusados de conspirarem “contra o governo estabelecido” e de fomentarem uma “guerra civil”<sup>14</sup>.

### **Os maçons brasileiros na segunda metade do século XIX**

Depois do protagonismo político dos tempos da Independência, a maçonaria se reorganizaria no início da década de 1830. Em 1831, depois de grave crise política, o imperador D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro e retornou a Portugal. Tinha início o chamado período das Regências em função da menoridade do herdeiro do trono. Os maçons e a maçonaria passaram a vivenciar uma situação de quase total visibilidade. Muitos maçons passaram a ocupar importantes cargos públicos. As perseguições que marcaram o início da década de 1820 haviam cessado. Os locais das reuniões maçônicas eram conhecidos e importantes figuras políticas assumiam publicamente fazer parte da maçonaria.

Todavia, essa maior visibilidade da sociabilidade maçônica foi acompanhada, do ponto de vista organizacional, por uma miríade de divisões e disputas de poder. Divisões que muitas vezes estavam vinculadas às lutas políticas conjunturais, mas também expressavam a existência de culturas políticas distintas que mobilizavam a ação dos maçons. Entendendo-se por cultura política o conjunto de referências, ideias, memórias e histórias que conformam a coesão ou a identidade de um grupo.

Rivalizaram-se ao longo das décadas de 1830 e 1840 três principais obediências maçônicas: o *Grande Oriente do Brasil*, fundado em 1822, foi reinstalado em 1831 sob a liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva, recém nomeado tutor do imperador D. Pedro II. Por sua vez, na mesma época foi fundado o *Grande Oriente Nacional Brasileiro*. Essa nova Obediência possuía no Senador Nicolau Vergueiro sua principal liderança e de acordo com manifesto publicado em 1834, o grande problema que impedia a união dos dois grandes orientes era a liderança de José Bonifácio, visto como autoritário e responsável, juntamente com o imperador D. Pedro I, pela repressão e conseqüente desmantelamento do movimento maçônico em 1822<sup>15</sup>. Segundo Marco Morel e Françoise Jean de O. Souza, esse Grande Oriente chegou a possuir uma rede com mais de cinquenta lojas maçônicas em diversas províncias<sup>16</sup>.

Além desses dois Grandes Orientes, foi fundado em 1832 o *Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito* por Francisco Montezuma, futuro Visconde de Jequitinhonha, o que contribuiu para a expansão da adoção deste rito entre os maçons brasileiros. Muitas lojas que até então adotavam o Rito Francês passaram a adotar o Rito Escocês. Entre as décadas de 1830 e 1860, de um total de 143 lojas maçônicas, 95 utilizavam o Rito Escocês, 46 utilizavam

---

<sup>14</sup> Ver Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco M. Barreto, João da Rocha Pinto e outros pronunciados na devassa a que mandou proceder José Bonifácio de Andrada e Silva, para justificar os acontecimentos do famoso dia 30 de outubro de 1822 (Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto, 1824).

<sup>15</sup> Ver Manifesto que a todos os sap.: GG.: OO.:, AA.:LL.: e Resp.: MM.: dos dois mundos dirige o Gr.:Or.: Brasileiro ao Vale do Passeio no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1835), p.02.

<sup>16</sup> Marco Morel & Françoise Jean de Oliveira Souza, *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008), 139-140.

o Rito Francês e 02 utilizavam o Rito Adoniramita<sup>17</sup>. Segundo Celia M. M. Azevedo, esse sucesso do Rito Escocês pode ser explicado levando-se em conta os:

(...) anseios democratizantes de muitos maçons de segmentos sociais mais humildes que viam num sistema ritualístico de muitos graus a possibilidade de alcançar os graus superiores por mérito (e não por nascimento), além de ter esta ascensão bem demarcada simbolicamente. Também a preocupação com o apoio mútuo assistencial que caracterizava a maçonaria escocesa pode ter colaborado para atrair grande número de homens que não contavam com apoios materiais e financeiros de família, Igreja e Estado<sup>18</sup>.

As divergências entre essas Obediências maçônicas nas décadas de 1830 e 1840 ainda é um campo muito pouco conhecido pela historiografia<sup>19</sup>. Entretanto, é inegável que a partir da segunda metade do século XIX, além da expansão do escocismo entre os maçons brasileiros, a maçonaria assumiu dimensões nacionais, com lojas maçônicas funcionando em todas as províncias do Brasil e com uma capacidade de recrutamento de novos filiados expressiva. Características que diferenciavam a sociabilidade maçônica das demais formas associativas existentes.

Do ponto de vista da composição social, houve pouca variação em relação aos segmentos sociais predominantes no início do século XIX. Levantamento realizado na década de 1870 aponta que, de um total de 4707 maçons, 55% eram comerciantes, 11% eram empregados públicos, 10% eram profissionais liberais, 7% eram proprietários urbanos e capitalistas, 5% eram fazendeiros, 3% eram militares<sup>20</sup>.

Mas, como já mencionado, as rivalidades e disputas persistiam. Em 1863, já ia longe o império de D. Pedro II e nova divisão atingiu a sociabilidade maçônica brasileira. Nesse ano, o *Grande Oriente do Brasil* dividiu-se em duas novas Obediências: o *Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio* e o *Grande Oriente Unido do Brasil ao vale dos Beneditinos*. Divisão que duraria até 1883 com a criação do *Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil* sob a direção de Francisco José Cardoso Júnior.

A existência de duas Obediências no seio da comunidade maçônica, mesmo diante de uma conjuntura de conflito explícito com a Igreja Católica, evidenciava as diferentes concepções quanto à forma de atuação da instituição. Enquanto os maçons do *Grande Oriente do Lavradio* eram monarquistas e defendiam que as lojas maçônicas se ocupassem essencialmente do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem e de atos de beneficência; os maçons do *Grande Oriente dos Beneditinos* eram republicanos e sustentavam que a maçonaria deveria se envolver de forma mais ativa nas questões políticas externas ao mundo fechado das lojas maçônicas. A Maçonaria, escrevia Joaquim Saldanha Marinho, principal

---

<sup>17</sup> Alex Moreira Andrade, “A Maçonaria no Brasil (1863-1901): poder, cultura e ideias” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004), 17.

<sup>18</sup> Celia Maria Marinho Azevedo, *Maçonaria, antirracismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais* (São Paulo: Annablume, 2010), 94.

<sup>19</sup> Azevedo, *Maçonaria, antirracismo e cidadania*, 144.

<sup>20</sup> Andrade, “A Maçonaria no Brasil”, 91-93.

liderança dos maçons do *Grande Oriente dos Beneditinos* não podia permanecer indiferente aos interesses que contribuiriam para o "bem estar geral da humanidade". Obedecendo ao bom senso e à razão, deveria seu programa disseminar a educação livre e racional; promover a instituição do casamento e do registro civil; defender a secularização dos cemitérios; promover a absoluta liberdade de culto<sup>21</sup>.

Outra questão reveladora das diferenças entre esses dois grupos maçônicos foi o posicionamento distinto em relação ao debate maçônico transnacional sobre o racismo iniciado em 1868. Segundo Celia M. M. de Azevedo, os maçons do *Grande Oriente do Lavradio* posicionaram contrariamente ao apoio dado pelo *Grande Oriente da França* ao *Supremo Conselho da Louisiana* em sua decisão de admitir o ingresso de homens negros como maçons em suas lojas. Por sua vez, os maçons do *Grande Oriente dos Beneditinos* foram os primeiros no continente americano a declarar apoio à Obediência francesa, o que torna possível inferir sua maior adesão à causa do abolicionismo e da integração de maçons negros e brancos em suas lojas. Pelo menos desde 1864, lojas maçônicas ligadas ao *Grande Oriente dos Beneditinos* recolhiam fundos entre os maçons para a promoção de alforrias individuais de escravos<sup>22</sup>. Em 1882, através do periódico *Aurora Escocesa*, esse grupo explicitou seu programa abolicionista baseado em: disseminar a educação livre e racional; incentivar a vinda para o Brasil de trabalhadores imigrantes; desenvolver a navegação de cabotagem; desenvolver o comércio e a indústria; promover a liberdade de culto e abolir a escravidão, considerada, como “infâmia que imprime no rosto do brasileiro estigma vergonhoso”<sup>23</sup>.

Apesar dos desafios institucionais e do conflito com a Igreja Católica, verificou-se um crescimento expressivo do número de lojas maçônicas nas diferentes regiões do país. Se, entre 1861 e 1865, funcionavam aproximadamente 180 lojas maçônicas, este número cresceu para 244 de 1885 a 1890 e alcançou um total de 615 entre os anos de 1901 e 1905. Esse crescimento quantitativo do número de lojas maçônicas foi acompanhado por uma ampliação da atuação dessas lojas nos campos da beneficência e do auxílio-mútuo, bem como da criação de uma rede de escolas dirigidas tanto às crianças quanto aos adultos. Como muitos historiadores tem demonstrado, a sociabilidade maçônica não estava restrita ao espaço fechado das lojas maçônicas<sup>24</sup>.

A solidariedade entre os maçons variava do auxílio financeiro aos Irmãos mais necessitados, às viúvas e aos órfãos de irmãos-maçons. Constata-se também, sobretudo a partir de 1870, maior envolvimento das lojas com atividades beneficentes voltadas para os não-maçons. Muitas lojas maçônicas acabaram por construir e financiar asilos, orfanatos e hospitais.

Todavia, o instrumento mais sólido utilizado pela Maçonaria para a divulgação de suas idéias foi o investimento na construção de uma rede de escolas e na criação de “aulas

<sup>21</sup> Ver *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil* 2, no. 4-6 (abr-jun/1873): 251.

<sup>22</sup> Azevedo, *Maçonaria, antirracismo e cidadania*, 244-5.

<sup>23</sup> Ver “*Aurora Escocesa*” (Rio de Janeiro, 1882), 2

<sup>24</sup> Barata, *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)* (Campinas: Ed.Unicamp-CMU, 1999). Azevedo, *Maçonaria, antirracismo e cidadania*, 155.

noturnas” e bibliotecas. Como afirmava o editorial do jornal *Aurora Escosseza*, em 1881, a Maçonaria deveria “atuar sobre a educação que dá a primeira forma aos corações humanos, sobre as sociedades que agrupam os indivíduos e, assim, influenciando sobre os governos que caminham à frente das sociedades<sup>25</sup>.”

No Brasil, esse engajamento da Maçonaria com a educação começou a partir de meados da década de 1860, atingindo o seu apogeu nos anos iniciais do século XX. Para os maçons, a universalização do ensino laico era o principal remédio para combater os adversários do progresso, os partidários da ignorância, do fanatismo e da intolerância.

### Considerações Finais

No decorrer do século XIX, a Maçonaria brasileira se mostrou estreitamente ligada à vida política, social e cultural do país. Ao interagir, interferir e trazer para o seu interior os debates que mobilizavam o espaço público, a Maçonaria revela-se um instrumento significativo para a compreensão da sociedade brasileira do período com suas contradições e particularidades.

Desta forma, é perceptível, a partir dos anos 1990, o crescimento da estudos historiográficos que procuram compreender a atuação dos maçons e da maçonaria no Brasil. Apesar da persistência de algumas interpretações simplificadoras, um conjunto de pesquisas produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, muitas delas ainda não publicadas, estão buscando renovar a compreensão da história da maçonaria no Brasil<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Ver “Aurora Escosseza” (Rio de Janeiro, 1/11/1881): 1.

<sup>26</sup> Ver Alex Moreira Andrade, “Maçonaria no Brasil (1863-1901): Poder, Cultura e Ideias” (Master diss., Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004). T. H. dos S. Buvalovas, “O “Diário da minha Viagem para Filadélfia”: impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)” (Master diss., Universidade de São Paulo, 2007). G. D. S. Castro, “A cruz e o compasso: o conflito entre igreja católica e maçonaria no contexto da reforma católica ultramontana em Juiz de Fora” (Master diss., Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008). A. C. Galdino, “Campinas, uma cidade republicana: política e eleições no oeste paulista (1870-1889)” (PhD diss., Universidade Estadual de Campinas, 2006); J. W. Gohl, “O real e o imaginário: a experiência da maçonaria na Loja União III e Porto União da Vitória, 1936-1950” (Master diss., Universidade Federal do Paraná, 2003). José Rodorval Ramalho, “Novae sed Antiquae: Tradição e Modernidade na Maçonaria Brasileira” (PhD diss., Pontifícia Universidade Católica-São Paulo, 2004). L. C. C. Ribeiro, “Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)” (Master diss., Universidade de São Paulo, 2011). A. C. de S. Santos, “O que revelar? O que esconder? Imprensa & Maçonaria no findar do Dezenove (Pará, 1872-1892)” (Master diss., Universidade Federal do Pará, 2011). Marcos José Diniz Silva, “Lapidando a Pedra Bruta: a Maçonaria na Organização de Artistas e Proletários Cearenses” (Master diss., Universidade Federal do Ceará, 2000). L. F. Siqueira, “Hipólito da Costa e a Maçonaria: A formação da esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no Correio Braziliense” (Master diss., Universidade Federal de Ouro Preto, 2011). Souza, “Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)” (Master diss., Universidade Federal de Minas Gerais, 2004). Patrícia Inês Garcia Souza, “Buscadores do Sagrado: As Transformações da Maçonaria em Belém do Pará” (PhD diss., Universidade Estadual de Campinas, 2006). Luiz Mário Ferreira Costa, “Maçonaria e Antimaçonaria: uma análise da História Secreta do Brasil de Gustavo Barroso” (Master diss., Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009). Milena Aparecida Almeida Candiá, “Projetos e realizações culturais e pedagógicas maçônicas: o associativismo como terceira via para (re) pensar a educação popular no Brasil Império (1870-1889)” (PhD diss., Universidade Federal Fluminense, 2013). Tiago Wolfgang Dopke, “Nosce te ipsum: sociabilidade maçônica na Revista Consciência” (Master diss., Universidade Federal da Grande

Entretanto, é necessário ainda ultrapassar alguns obstáculos: Em primeiro lugar gostaria de destacar a necessidade da abertura dos arquivos maçônicos aos pesquisadores não-maçons, bem como a necessidade de preservação e organização das fontes produzidas pelas lojas maçônicas. Em segundo lugar, é preciso ampliar os estudos sobre a atividade maçônica ao longo do século XX, período no qual a maçonaria perdeu o protagonismo experimentado no século XIX, passando a se defrontar com novos atores sociais e com limites a sua atuação em função dos dois períodos ditatoriais (1937-1945; 1964-1985) que o Brasil viveu nesse período. Por último, tendo em vista o caráter transnacional da sociabilidade maçônica, é preciso ampliar os estudos que privilegiam as conexões internacionais dos maçons e da maçonaria brasileira.

### **Bibliografia**

- Andrade, Alex Moreira. “Maçonaria no Brasil (1863-1901): Poder, Cultura e Ideias”. Master diss., Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.
- Azevedo, Celia Maria Marinho. *Maçonaria, antirracismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.
- Barata, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp-CMU, 1999.
- Barata, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-Ed. UFJF, 2006.
- Buvalovas, T. H. dos S. “O “Diário da minha Viagem para Filadélfia”: impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)”. Master diss., Universidade de São Paulo (USP), 2007.
- Candiá, Milena Aparecida Almeida. “Projetos e realizações culturais e pedagógicas maçônicas: o associativismo como terceira via para (re) pensar a educação popular no Brasil Império (1870-1889)”. PhD diss., Universidade Federal Fluminense (UFF), 2013.
- Capela, José. *O escravismo colonial em Moçambique*. Lisboa: Afrotamento, [1997].
- Almeida de Carvalho, William. “Pequena História da Maçonaria no Brasil”. Em: *REHMLAC* 2, no. 1 (maio-noviembre 2010). Disponível em <http://rehmlac.com/recursos/vols/v2/n1/rehmlac.vol2.n1-walmeida.pdf>
- Castro, Giane D. S. “A cruz e o compasso: o conflito entre igreja católica e maçonaria no contexto da reforma católica ultramontana em Juiz de Fora”. Master diss., Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2008.

---

Doutorados, 2011). Bruna Melo dos Santos, “Correio Braziliense: um olhar sobre a sociabilidade maçônica (1808-1822)” (Master diss., Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012). Thiago W. Gonçalves, “Periodismo maçônico e cultura política na Corte imperial brasileira (1871-1874)” (Master diss., Universidade Federal Fluminense, 2012).

- Costa, Luiz Mário Ferreira. “Maçonaria e Antimaçonaria: uma análise da História Secreta do Brasil de Gustavo Barroso”. Master diss., Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2009.
- Dopke, Tiago Wolfgang. “Nosce te ipsum: sociabilidade maçônica na Revista Consciência”. Master diss., Universidade Federal da Grande Dotorados (UFGD), 2011.
- Galdino, A. C. “Campinas, uma cidade republicana: política e eleições no oeste paulista (1870-1889)”. PhD diss., Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.
- Gohl, J. W. “O real e o imaginário: a experiência da maçonaria na Loja União III e Porto União da Vitoria, 1936-1950”. Master diss., Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2003.
- Gonçalves, Thiago W. “Periodismo maçônico e cultura política na Corte imperial brasileira (1871-1874)”. Master Diss., Universidade Federal Fluminense, 2012.
- Jacob, Margaret. *Living the Enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth-Century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991.
- Marques, A. H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Presença, 1990.
- Mello, Evaldo Cabral de. “Dezessete, a maçonaria dividida”. Em: *Topoi* (2002): 9-37.
- Morel, Marco and Françoise Jean de Oliveira Souza. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- Morel, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- Ramalho, José Rodorval. “Novae sed Antiquae: Tradição e Modernidade na Maçonaria Brasileira”. PhD diss., Pontícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2004.
- Ribeiro, Luaê C. C. “Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)”. Master diss., Universidade de São Paulo (USP), 2011.
- Rizzini, Carlos. “Dos clubes secretos às lojas maçônicas”. Em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 190 (1946): 29-44.
- Santos, Alan Cristian de S. “O que revelar? O que esconder? Imprensa & Maçonaria no findar do Dezenove (Pará, 1872-1892)”. Master diss., Universidade Federal do Pará (UFPA), 2011.
- Santos, Bruna Melo dos. “Correio Braziliense: um olhar sobre a sociabilidade maçônica (1808-1822)”. Master diss., Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.
- Scantimburgo, João de. *O Brasil e a Revolução Francesa*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- Silva, Marcos José Diniz. “Lapidando a Pedra Bruta: a Maçonaria na Organização de Artistas e Proletários Cearenses”. Master diss., Universidade Federal do Ceará (UFC), 2000.
- Siqueira, L. F. “Hipólito da Costa e a Maçonaria: A formação da esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no Correio Braziliense”. Master diss., Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 2011.
- Souza, Françoise Jean de Oliveira e. “Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)”. Master diss., Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2004.
- Souza, Patrícia Inês Garcia. “Buscadores do Sagrado: As Transformações da Maçonaria em Belém do Pará”. PhD diss., Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.